



BOLSA FAMÍLIA

O Brasil é o país com o menor índice de educação comparativamente ao de outros 39 países. A experiência deles mostra que, se quisermos acompanhar o ritmo, vamos ter de acelerar e aumentar o investimento em educação

POR ALBERTO CARLOS ALMEIDA

Os estudiosos do desenvolvimento econômico sabem que o capital humano – entenda-se, educação – é a peça-chave do crescimento. A Coreia do Sul é o grande exemplo, mas não o único. Vários países ultrapassaram ou se deixaram ultrapassar no *ranking* do PIB *per capita* simplesmente em função da educação. Há 40 anos, o Brasil estava na frente dessa mesma Coreia. Hoje, é ela que faz parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Islândia, Irlanda e Espanha também alçaram vôo alto nos indicadores de riqueza. Sempre graças à educação. Se fosse apenas isso, já seria suficiente para que nós, brasileiros, decidíssemos eleger a educação como prioridade. Mas é muito mais. São muitos os estudos que mostram que uma nação mais educada, e mais homogênea em seus padrões de escolarização, torna-se um local onde ocorrem menos crimes; onde a produtividade do trabalho é maior; onde há menos desigualdade de renda e onde a ação coletiva que visa a resolver problemas públicos e os valores cívicos prosperam com maior facilidade.

BRASIL EM COMPARAÇÃO. Qual a situação do Brasil quando se compara nosso nível educacional com o de outros países? Na prática, é difícil obter dados comparáveis sobre educação, pois cada país tem sua terminologia e sua própria maneira de estruturar seu sistema de escolarização formal. Contudo, uma forma de contornar essa dificuldade é recorrer a dois grupos de pesquisa que congregam acadêmicos de cada país em pesquisas regulares sobre temas sociais e políticos. As pesquisas são feitas com base em uma amostra nacional da população adulta, são periódicas, e classificam a escolarização de uma forma única – portanto, permitindo análises comparativas.

Tais dados podem ser encontrados no International Social Survey Program (<http://www.issp.org>) e no Comparative Studies of Electoral Systems ([## O BOLSA FAMÍLIA TENDERÁ A MORRER DE “MORTE MORRIDA” A LONGO PRAZO, POIS OS FILHOS DAS CRIANÇAS QUE HOJE SÃO BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA TENDERÃO A FAZER PARTE DE FAMÍLIAS COM RENDA MAIS ELEVADA](http://www.</p></div><div data-bbox=)

cses.org). Nessas duas bases há informações de, aproximadamente, 40 países. E em ambas a situação do Brasil é sofrível. O país é o lanterninha, ou quase isso, no que tange aos seus níveis de escolarização, como mostra o gráfico.

Qualquer dado sobre escolaridade, especialmente quando se comparam inúmeros países, é sujeito a imprecisões. Porém, o que o gráfico mostra é que, por mais que haja imprecisões, o Brasil está longe de muitos países e que, nosso país colonizador, Portugal, também não apresenta bons indicadores de escolarização. Tal pai, tal filho. Em uma lista de 39 países, o Brasil é o pior de todos. Perde tanto para países desenvolvidos, quanto para menos desenvolvidos, como é o caso da Polônia, Rússia, Bulgária, Eslovênia e Irlanda, todos à frente do Brasil. Portugal também está mal, é o 31º na longa lista de 39 países.

Igualmente interessantes são as características da maioria dos países que ocupam as primeiras posições. Muitos vieram da tradição anglo-saxã, leia-se, do protestantismo: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A Holanda foi o primeiro país europeu inteiramente convertido pela reforma protestante. Israel é a terra dos judeus, que sempre valorizaram a educação pelo mesmo motivo dos protestantes: para a leitura de seu livro sagrado, Bíblia ou Torá. A Coreia do Sul também está entre os líderes.

RENDA E ESCOLARIDADE. O que é preciso fazer para diminuir a nossa distância em relação aos países líderes? Simples, aumentar nossa escolarização média de maneira mais veloz do que eles aumentam a deles.

Durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, o ensino básico foi universalizado. O objetivo, alcançado, foi colocar na escola todas as crianças de 7 a 14 anos. Porém, cabe a pergunta: e a evasão, o que ocorreu com ela? Foi zerada? Caso contrário, qual a proporção de crianças que terminam o primário? Há mais perguntas dessa natureza. O ensino médio foi universalizado? Não. Qual a taxa de evasão no ensino médio? Maior ou menor do que no ensino primário?

Outro fenômeno igualmente importante – e muito bem documentado – é que, quanto mais pobre a família, maiores as chances de que haja evasão escolar. O resultado final disso é

que, como mostram os dados da tabela, os jovens de 15 a 17 anos das famílias de renda mais baixa têm escolaridade mais baixa do que os jovens da mesma faixa de idade pertencentes a famílias menos pobres.

No Brasil, se o rendimento familiar médio *per capita* for de até meio salário mínimo, a taxa de escolarização desses jovens será de 76%. Para a faixa de renda familiar mais elevada – três salários mínimos *per capita* –, essa taxa fica em 98,3%. Igualmente interessante é que há um crescimento monotônico da taxa de escolarização na medida em que aumenta a renda familiar. Esse dado deixa poucas dúvidas quanto ao efeito da renda da família na evasão escolar e, conseqüentemente, nas chances que as pessoas têm de concluir o segundo grau. Quer dizer, o Brasil é desigual, e os efeitos da desigualdade tendem a reproduzi-la. E aqui entra o Bolsa Família.

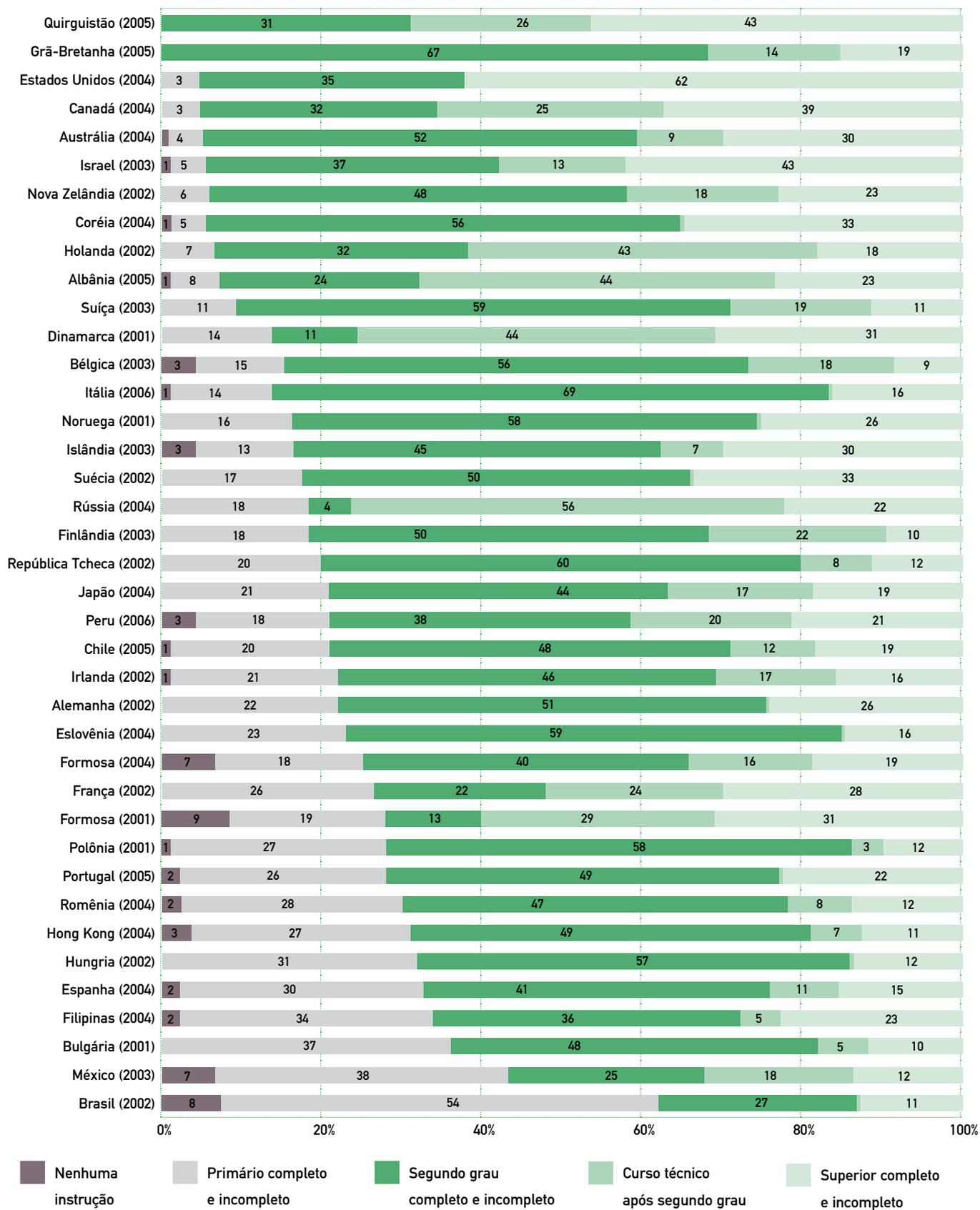
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 7 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE E CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR *PER CAPITA* EM SALÁRIO MÍNIMO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, UNIDADES DA FEDERAÇÃO E REGIÕES METROPOLITANAS – 2003

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, por grupos de idade (%)					
	15 a 17 anos					
	Total (1)	Classes de rendimento médio mensal familiar <i>per capita</i> em salário mínimo				
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3
BRASIL (2)	82,4	75,9	81,2	88,6	93,8	98,3
Norte (3)	81,0	75,7	83,4	87,0	89,0	97,3
Nordeste	80,0	77,2	81,3	89,4	99,1	97,8
Sudeste	84,6	74,0	81,8	89,3	94,2	98,8
Sul	81,6	68,9	78,0	88,0	92,5	98,5
Centro-Oeste	82,9	78,8	81,6	85,0	89,9	96,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Inclusive sem rendimento e sem declaração de rendimento. (2) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Excluída a população rural

GRÁFICO - NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO EM DIVERSOS PAÍSES





BOLSA PARA A IGUALDADE. Antes de qualquer coisa, convém recordar que o programa Bolsa Família foi criado pelo governo FHC e levava outro nome: Bolsa Escola. Isso é importante para efeito de argumentação, pois muitos dos atuais opositores do Bolsa Família no governo Lula apoiavam o Bolsa Escola do governo FHC. A motivação da oposição, em tais casos, tende a ser mais resultado de uma decisão política e ideológica do que uma orientação técnica diante do programa.

O Bolsa Escola, ou Bolsa Família, ou o nome que se dê a esse programa social, inspira-se na doutrina liberal. A idéia básica é nivelar as oportunidades educacionais. Se ao aumentar a renda das famílias mais pobres, exigindo-se, como contrapartida, que as crianças freqüentem a escola,

está se dando “o porrete e a cenoura” para que as pessoas de renda mais baixa possam ter oportunidades semelhantes àquelas que têm as famílias de renda mais elevada. Espera-se que a distância educacional entre os dois grupos diminua.

O que diz o liberalismo quanto a isso? Concorrência, sim, mas desde que todos tenham as mesmas oportunidades. O sistema público de educação norte-americano é guiado por esse princípio. Dá-se uma educação pública de bom nível para todas as pessoas. Assim, no momento em que elas forem se inserir no mercado de trabalho, terão a mesma base, a mesma formação. Se não a mesma, ao menos uma formação não muito desigual. Dessa forma, quando elas começarem a competir no mercado de trabalho, poderão se diferenciar apenas pelo mérito. Olha o liberalismo aí.

BOA INTENÇÃO, MAS INSUFICIENTE. O governo Lula aplica os princípios do liberalismo não apenas na política econômica, como também em seu principal programa na área social. O resultado agregado dessa política a longo prazo pode ser muito positivo. Pode ajudar o Brasil a diminuir o fosso que o separa dos demais países quanto à escolarização. A nossa maior dificuldade é que todos os países também melhoram seus níveis educacionais. Para que possamos reduzir nossa distância comparativamente a eles, precisamos melhorar mais rápido, e isso só é possível fazer com investimentos muito vultosos na área, volumes bem maiores do que os demandados pelo Bolsa Família.

Para concluir, cumpre lembrar que o Bolsa Família tenderá a morrer de “morte morrida” a longo prazo. Os filhos das crianças que hoje são beneficiárias do Bolsa Família tenderão a fazer parte de famílias com renda mais elevada, acima da linha que define quem recebe o benefício do programa social. Isso será efeito da crescente escolarização de nossa população. Deus queira. Afinal, Deus é brasileiro. ✘